Aprovada, com abstenção do B.E.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

DE

19 DE FEVEREIRO DE 2014

ANO DE 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na versão dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e no n.º 1 do artigo 24.º do respetivo regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada sob a presidência de Francisco Rêgo Costa, tendo Alexandra Vitória Falcão Viveiros como primeira secretária e Aníbal Duarte Raposo como segundo secretário, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 11 de fevereiro de 2014.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48º da citada Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, encontravam-se presentes o Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Cabral Dias Bolieiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fernando Manuel Quaresma Coelho Marques Fernandes, e as Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores Fátima Maria Câmara Carvalho de Viveiros Rego Ponte; Luísa Vieira de Magalhães Sousa Moniz; Pedro Filipe Rodrigues Furtado; Maria Helena Botelho de Viveiros Batista; Maria da Graça Câmara Batista; Francisco Mota Vieira Rodrigues da Câmara e Nuno Miguel de Andrade Miranda.

O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, cumprimentando todos os presentes, após o que a 1ª secretária, Alexandra Vitória Falcão Viveiros, efetuou a chamada e procedeu à contagem das presenças, sendo de relevar as seguintes faltas e substituições:

Substituições: Maria Helena Chaves Costa substituiu Ricardo Alberto Madruga da Costa (vogal PSD); João Manuel Raposo Barbosa substituiu Maria José Botelho Lemos Duarte (vogal PSD); Noémia Lima Ventura Vicente substituiu Rosa Maria da Silva Gomes (Junta de Freguesia de São Vicente Ferreira).

Não houve registo de qualquer falta injustificada.

Efetuada a contagem, a 1ª secretária da Mesa da Assembleia confirmou a presença dos seguintes vogais e representantes das juntas de freguesia:

VOGAIS:

Noé Venceslau Pereira Rodrigues	PS
Luís Maurício Mendonça Santos	PSD
Aníbal Duarte Raposo	PS
Maria da Conceição Pimentel Viveiros Arruda	PSD
Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues	PS
António José Ruas Pissarra Canotilho	PSD
Teresa Dolores Mota Ferreira	PS
Alexandra Vitória Falcão Pereira de Viveiros	PSD
Ricardo Manuel Viveiros Cabral	PS
Maria Helena Chaves Costa	PSD
Maria das Mercês Vasconcelos Silva Pacheco	PS
Jorge Manuel de Almada Macedo	PSD
Maria da Conceição Vieira da Purificação Brasil	PS
Carolina Ponte Bastos de La Cerda Filipe	PSD
André Filipe Matos de Carvalho	PS
Francisco José Guedes	PSD
Maria da Conceição Morais Monteiro	PS
Gilberto Araújo Rodrigues	PSD
Analisa Maria Furtado Lima	PS
João Manuel Raposo Barbosa	PSD
Carlos Filipe Brum Amaral Melo	PS
Vera Lúcia Pinheiro Pires	BE
Sérgio Paulo Ávila Campos Marques	PSD
Maria Teresa Viveiros Tomé	PS
Paulo Vasco Ferreira de Medeiros	PSD
Hélder Manuel Cabral Borges	PS

PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:

Isilda Maria Miranda Alexandre	Ajuda da Bretanha	PS
Eusébio Paulo Ferreira Massa	Arrifes	PS
João Alberto Silva Pereira	Candelária	PS
Rui Alexandre Barbosa de Sousa	Capelas	PS
Humberto Carlos Cabral de Sousa	Covoada	PSD
António Luís Moniz dos Anjos	Fajã de Baixo	PS

José Augusto Inácio de Medeiros	Fajã de Cima	PSD
João José Correia de Medeiros	Fenais da Luz	PSD
João Carlos Castro Silva	Feteiras	PSD
João Paulo Arruda Medeiros	Ginetes	PSD
Carlos Manuel da Silva Cabral	Mosteiros	PSD
Duarte Manuel Luzia Carvalho	Pilar da Bretanha	PS
Pedro Miguel da Silva Melo	Relva	PSD
André Filipe Machado Correia	Remédios	PS
Luís Alberto de Sousa Cordeiro	Livramento	PSD
Pedro Miguel Medeiros de Moura	São Roque	PS
João Carlos Arruda	Santa Bárbara	PSD
António Espírito Santo Medeiros Cabral	Santa Clara	SCVN
Nelson Manuel Borges Silva	Santo António	PS
Jorge Miguel Amaral Oliveira	São José	PSD
Rui Guilherme Pacheco	São Pedro	PSD
José Maria Pereira Rego	São Sebastião	PSD
Noémia Lima Ventura Vicente *	S. Vicente Ferreira	PSD
Cidália Maria Guido Medeiros Pavão	Sete Cidades	PS

* Secretária da Junta, em substituição da Presidente, Rosa Maria da Silva Gomes

Após a leitura e confirmação do registo de presenças, foi dado conhecimento aos presentes da correspondência recebida.

Procedeu-se em seguida à votação da Ata da reunião de 19 de dezembro, tendo esta sido aprovada por maioria, com a abstenção da deputada Helena Costa, justificada, de acordo a declaração de voto apresentada, por não ter estado presente na reunião de 19 de dezembro.

Antes da divulgação da correspondência recebida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia quis expressar a sua congratulação pela instalação do Conselho de Ilha, informando que duas associações agrícolas apresentaram reclamação escrita por não terem sido convocadas. Deu ainda a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que prestasse os esclarecimentos solicitados na reunião de 19 de dezembro sobre a cobertura de amianto nas escolas. Em cumprimento com o compromisso assumido na referida reunião, o Senhor Presidente da Câmara entregou um relatório dos serviços sobre a matéria.

Informou ainda o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que a proposta do Novo Regimento não se encontra ainda concluída, pelo que será apresentada na próxima reunião, a ter lugar em abril.

Como nota a esta informação, a Senhora Deputada Isabel Rodrigues realçou que a importância de um documento como este, requer que seja dado conhecimento do texto com a maior antecedência possível.

Foi divulgada em seguida a correspondência recebida, e passou-se, de imediato, à abordagem dos assuntos de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos senhores deputados para a apresentação dos votos e recomendações elaborados pelos respetivos grupos municipais, os quais se encontram em anexo à presente ata, bem como para outras intervenções que considerem relevantes e cujas matérias não estejam inclusas na agenda de trabalhos.

Intervieram no período de antes da Ordem do Dia, para além dos deputados incumbidos de fazer a leitura dos votos e/ou recomendações, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS) a Senhora Deputada Vera Lúcia Pires (BE), o Senhor Deputado Luís Maurício Santos (PSD), o Senhor Deputado Carlos Melo Brum (PS), o Senhor Deputado Jorge Macedo (PSD), o Senhor Deputado Ricardo Viveiros Cabral (PS), o Senhor Deputado André Filipe Carvalho (PS), o Senhor Deputado Noé Rodrigues (PS), a Senhora Deputada Conceição Brasil (PS).

Os votos foram apresentados e colocados à votação de acordo com a ordem de inscrição, adaptada, sempre que necessário, para conferir uniformidade à sequência de acordo com o teor dos votos.

O 1º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado António Canotilho, foi um voto de congratulação pelo palmarés desportivo granjeado

pelo Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, patente não só pelo seu percurso de formação mas igualmente pelos resultados obtidos. Este voto dirige-se não só ao clube, mas igualmente a todos os dirigentes, técnicos e atletas.

O Senhor Deputado André Carvalho comunicou que o PS se associa a este voto, pelo facto dos feitos deste clube engrandecerem não apenas o concelho, mas a ilha e a Região. O primeiro voto, depois de colocado à votação, foi aprovado, por unanimidade.

O 2º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São José, Jorge Miguel Oliveira, foi um voto de congratulação pela comemoração dos 300 anos da igreja paroquial de São José.

O Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Ricardo Cabral, associou-se a este voto, realçando a vida social do Projeto São Lucas, para além do Coral de São José, pelo seu prestígio e projeção.

O 2º voto, colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

O 3º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Paulo Vasco Ferreira de Medeiros, foi uma moção contra a futura localização do Centro Interpretativo da Cultura do Ananás, fundamentada nos atrasos verificados na obra e nos impactos visuais e ambientais negativos. Recomenda-se ainda nesta moção que se inquira o Governo Regional sobre os prazos da empreitada e os custos associados.

Pediu para intervir sobre este assunto o Senhor Deputado Noé Rodrigues, dando nota das questões suscitadas representarem um indicativo interessante e importante. Comunicou que o PS, apesar de não se associar à moção, dado o enquadramento que lhe está subjacente, não se opõe às pretensões invocadas.

Colocado à votação, este voto de recomendação foi aprovado, por maioria, com os votos a favor do PSD, e as abstenções do PS, Movimento Santa Clara Vida Nova e Bloco de Esquerda.

Pediu para apresentar declaração de voto a Senhora Deputada Vera Pires, para frisar que o documento apresenta conteúdos contraditórios, na medida em se questionam os graus de cumprimento dos prazos, os impactos, etc., ao mesmo tempo que se releva o histórico do processo.

O 4º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Maria Teresa Tomé, foi um voto de pesar pelo falecimento de Ilda Fonseca, fundadora do Lar do Soldado Açoriano.

Colocado à votação, o voto de pesar foi aprovado, por unanimidade, do mesmo devendo ser dado conhecimento à família enlutada.

O 5º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Sérgio Ávila, foi um voto de congratulação pela nomeação do Magnífico Reitor da Universidade dos Açores, João Luís Gaspar.

Após pedir a palavra para intervir sobre este assunto, a Senhora Deputada Conceição Brasil informou que o PS só se associa a este voto pelo processo eleitoral em si e não pelo facto de ter sido eleito este reitor em particular.

Colocado à votação, o voto de congratulação foi aprovado, por maioria, com a abstenção do Bloco de Esquerda e os votos favoráveis do PSD, PS e Movimento Santa Clara Vida Nova.

Pediu para apresentar declaração de voto a Senhora Deputada Vera Pires, a qual se baseia no reconhecimento, à semelhança do que fez o PS, de que se tratou de um processo eleitoral comum, pelo que não faz sentido expressar congratulação pela retoma da normalidade da instituição.

O 6º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Francisco Guedes, foi um voto de pesar pelo falecimento do compositor Manuel Medeiros Ferreira, destacando, na sua apresentação, a obra que o imortalizou – "Ilhas de Bruma".

Colocado à votação, o voto de pesar foi aprovado, por unanimidade.

O 7º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, através do Senhor Deputado Rui Pacheco, foi um voto de congratulação pela prestação da jovem Mariana Rocha no programa televisivo "Factor X", por ter conseguido levar o nome dos Açores mais longe, dado o destaque e o mérito que lhe foi reconhecido.

O Grupo Municipal do PS, através do Senhor Deputado Carlos Brum Melo, associou-se a este voto, na medida em que o mesmo prestigia a juventude, a cultura e as artes, tornando este voto, assim, extensível, a todos os jovens com destaque nestes domínios.

Colocado à votação, este voto de congratulação foi aprovado, por unanimidade.

O 8º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS através da Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, foi um voto de pesar, também pelo falecimento do compositor Manuel Medeiros Ferreira, sublinhando o apreço e o reconhecimento pelo seu empenho e criatividade.

Colocado à votação, este voto de pesar foi aprovado, por unanimidade.

O 9º voto, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, através da Senhora Deputada Conceição Brasil, foi um voto de congratulação pelo 25.º aniversário do Grupo "Violas da Terra".

O PSD associou-se a este voto, relevando o papel dinamizador do grupo, nomeadamente na área do folclore e na preservação do património cultural.

Colocado à votação, este voto de congratulação foi aprovado, por unanimidade.

O 10º voto, apresentado pela Senhora Deputada Maria das Mercês Pacheco, foi um voto de congratulação pelo 40º aniversário da Publiçor, realçando a atividade empresarial, na vertente editorial, e pelo importante papel desempenhado ao serviço da cultura, da publicidade e do turismo.

Colocado à votação, este voto de congratulação foi aprovado, por unanimidade.

Seguiu-se uma recomendação, apresentada pelo Bloco de Esquerda, para que a Câmara Municipal adquira, para disponibilização aos utentes do Mercado da Graça,

sacos em material reciclado e sacos reutilizáveis, como ação de promoção do consumo sustentável, recomendando ainda que a mesma seja acompanhada de campanhas de sensibilização.

Pediu para intervir a Senhora Deputada Isabel Rodrigues, para reconhecer toda a pertinência da recomendação, a qual, afirmou, é a reposição de uma recomendação já adotada pela Assembleia Municipal mas nunca implementada. Sublinhou a responsabilidade dos municípios na gestão dos resíduos, nomeadamente no material em causa – o plástico, e manifestou as suas expetativas de que finalmente se acompanhe esta recomendação.

Interveio ainda o Senhor Deputado Luís Maurício Santos, para comunicar que o PSD se irá associar a esta recomendação, dando continuidade a uma prática no sentido da sensibilização, já desenvolvida na Casa de Saúde de São Miguel e no Mercado da Graça.

Colocada à votação, esta recomendação foi aprovada, por unanimidade.

Seguiu-se um período dedicado a intervenções de diverso teor, destinado a críticas, sugestões ou pedidos de esclarecimento.

A primeira intervenção coube ao Senhor Deputado Carlos Brum Melo, que assinalou o facto de tentativa de desmaterialização de documentos para as Sessões da Assembleia Municipal não ter sido revestida de êxito, pelo que sugeriu que seja usado o correio eletrónico. Alertou também para a necessidade de obter com maior antecedência a Ata da reunião precedente.

Interveio em seguida o Senhor Deputado Jorge Macedo, para destacar a edição 2013 da Gala de Beneficência, tendo expressado uma nota de especial regozijo pela presença da fadista Kátia Guerreiro, que reconheceu a importância e aceitou colaborar neste evento, no qual foram angariados 3.421 euros para as instituições de solidariedade social previamente sinalizadas.

Pediu para intervir o Senhor Deputado Hélder Borges, abordando na sua intervenção o problema da retirada dos vendedores ambulantes das arcadas da cidade, no

seguimento do que tem sido manchete dos jornais regionais, para colocar a questão sobre se a deslocalização dos vendedores é a solução para o problema. Questionou igualmente se existe algum plano na base desta decisão.

Na intervenção seguinte, o Senhor Deputado Ricardo Cabral interpelou o executivo camarário sobre três assuntos: se está previsto algum melhoramento da iluminação das freguesias periféricas; o ponto de situação dos semáforos para peões no canto de cima da Rua de São João, de quem vira à direita; o que está previsto para o problema da Rua dos Mercadores, nomeadamente quanto ao estacionamento abusivo.

Fez em seguida uso da palavra o Senhor Deputado Noé Rodrigues, começando por agradecer o esclarecimento prestado relativamente às escolas e ao problema das coberturas de amianto. No entanto precisou os termos do seu pedido de esclarecimento na última reunião, reforçando a chamada de atenção, anteriormente realizada, relativamente à necessidade de ser feito um inventário dos edifícios públicos onde se verifica a presença de amianto, bem como para o facto de haver uma responsabilidade legal de reportar essas situações. A finalizar, reiterou a sua estranheza de não existir no inventário regional quaisquer das situações reportadas.

Em seguida, o Senhor Deputado André Carvalho levantou a questão do Transporte Urbano de Passageiros de Ponta Delgada – Serviço de Minibus, para solicitar dados sobre o processo concursal, na medida em que a vigência do atual contrato de concessão termina em abril.

A finalizar esta sequência de intervenções, a Senhora Deputada Vera Pires questionou o executivo camarário sobre o ponto de situação dos terrenos e construções da Calheta – Centro Comercial e Hotel Casino.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que se dispôs a responder às notas e pedidos de esclarecimentos apresentados.

Começou por agradecer as notas e às questões colocadas, e antes de proceder às respostas e esclarecimentos destacou o facto de esta ser a 1ª reunião da Assembleia

Municipal com cobertura e transmissão em direto, através do portal da Internet da Câmara Municipal.

Em resposta ao Senhor Deputado Carlos Brum Melo, o Senhor Presidente da Câmara corrigiu os termos da observação, dado que a desmaterialização já se operou, através do formato CD. Quanto ao recurso do Google Drive, reconheceu que o acesso comum à mesma pasta não foi uma boa solução. Quanto à proposta de utilização de *e-mail*, chamou a atenção para as limitações do correio eletrónico em termos de espaço/capacidade de transmissão de dados. Manifestou em seguida a sua satisfação pelo modo como decorreu a Gala de Beneficência de 2014, salientando o sinal de generosidade e voluntarismo que a mesma evidencia. Não quis igualmente deixar de expressar a gratidão do Município de Ponta Delgada pela generosa participação. Felicitou também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo modo como decorreu a instalação do Conselho de Ilha de São Miguel, relevando a este propósito o quórum e a tendência consensual patente no Ato de Instalação. Relativamente ao problema suscitado pelo Senhor Deputado Hélder Borges, o Senhor Presidente da Câmara informou que está a ser preparado um Plano de Ordenamento da Venda Ambulante, em diálogo e concertação com os intervenientes. Reconheceu que não se verifica unanimidade nas posições, mas que o consenso é um objetivo atingível. Salientou a defesa do interesse público, nesta matéria, focalizando-a no contexto e segundo os princípios do "Licenciamento Zero", em que se privilegia a iniciativa do munícipe, sujeita à delimitação de interdições. Em relação à primeira questão que fora colocada pelo Senhor Deputado Ricardo Cabral – a Iluminação Pública das freguesias periféricas, o Senhor Presidente da Câmara informou que se pretende seguir uma orientação global de diminuição de CO_2, em linha com a estratégia regional, apesar do aumento dos tarifários reduzir consideravelmente a margem de manobra da autarquia. Sobre a segunda questão – a problemática dos semáforos para peões – informou que a Câmara Municipal está atenta à situação, que tem vindo a ser analisada pelo Conselho Municipal de Segurança Rodoviária. Já no que se refere à terceira questão, e que se prendia com a situação da Rua dos Mercadores, sublinhou que sendo esta via atualmente uma via de coexistência, não está colocada de parte uma solução diferente, a encontrar com base numa avaliação e tendo em conta as duas posições alternativas: via circulante,

ou via pedonal. Salientou também a possibilidade de colocação de pilaretes para proteção dos peões com a definição de áreas de carga e descarga de mercadorias. Sobre o problema do amianto, e as questões suscitadas pelo Senhor Deputado Noé Rodrigues, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que em 2011 foi entregue um relatório exaustivo sobre todos os edifícios com amianto à Direção Regional do Ambiente. Em resposta ao pedido de esclarecimentos sobre o serviço de Mini-Bus apresentado pelo Senhor Deputado André Carvalho, começou por referir que a matéria, nos termos legais, não obriga o Presidente da Câmara a prestar informação sobre o evoluir deste processo, mas mostrou-se disponível para fornecer os elementos solicitados. O Concurso Público de transporte coletivo de passageiros em Ponta Delgada irá ser lançado de modo a ser possível fazer-se a adjudicação em abril. Sublinhou ainda que o compromisso já assumido, no mandato anterior, de reconfigurar o sistema de Mini-bus para um sistema de interconexão de linhas com um único bilhete, está a ser concretizado. Encontra-se neste momento em fase de adjudicação o estudo dessa reconfiguração, havendo o propósito de que o processo seja conduzido por uma entidade com *know-how* na matéria. Como informação adicional, esclareceu que os pedidos de alteração ao formato atual – um no sentido da alteração do percurso na ligação da Universidade dos Açores com as residências universitárias, e outro, de alargamento do horário de passagem no Hospital do Divino Espírito Santo – não estão incluídos no caderno de encargos. Em resposta ao pedido de esclarecimentos sobre os terrenos e construções da Calheta, o Senhor Presidente da Câmara sublinhou o reconhecimento das limitações do poder autárquico sobre esta matéria, mas asseverou que se procuram soluções para este problema, que a todos preocupa. Informou ainda que a entidade que se propõe incluir nos seus projetos este empreendimento, o Fundo "Discovery Portugal", está a levar a efeito estudos, com os seus arquitetos, sendo no entanto notória a demora em serem divulgadas as conclusões desse estudo. A explicação, segundo os seus representantes fizeram saber, está apenas na existência de impasses negociais, pelo que continuam a tentar desbloquear a situação, mantendo interesse no projeto. Informou ainda que, contatado o Senhor Presidente do Governo Regional, este afirmou que não tinha condições para dar resposta ao problema, por não existir ainda uma resolução do contencioso em curso. O Senhor Presidente da Câmara

mostrou-se convicto de que serão encontradas as soluções para o problema, aconselhando essas expetativas a que se aguarde mais algum tempo.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrado o período de antes da Ordem do Dia, pelas dezasseis horas e trinta minutos, declarando a realização de um intervalo de 20 minutos, antes da prossecução dos trabalhos.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA

Intervieram no debate do período da Ordem do Dia, para além do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Francisco Rego da Costa, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, a Senhora Vereadora Filomena Ponte, a Senhora Vereadora Filomena Ponte, a Senhora Vereadora Luísa Magalhães, o Senhor Deputado Hélder Cabral Borges (PS), a Senhora Deputada Vera Pires (BE), o Senhor Deputado Carlos Brum Melo (PS), o Senhor Deputado André Filipe Carvalho (PS), a Senhora Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS), o Senhor Deputado Sérgio Ávila (PSD)e o Senhor Deputado Jorge Macedo (PSD).

Começou por intervir o Senhor Presidente da Câmara, após endereçar cumprimentos à Mesa da Assembleia Geral e a todos os presentes e depois do reconhecimento de que a informação, já distribuída, é suficientemente esclarecedora dos diversos pontos sinalizados como mais relevantes sobre a atividade camarária.

Distinguiu, no entanto, para a sua intervenção, a notícia, recentemente publicada, que dá conta do posicionamento do Município de Ponta Delgada no 42º lugar do ranking nacional dos melhores concelhos para se viver, e o 1º lugar, ao nível da Região Açores.

Relativamente à situação financeira, destacou os resultados, do lado da Receita Orçamental, que em 31 de dezembro de 2013 indicavam uma receita arrecadada na ordem dos 31 milhões e 900 mil euros, ou seja, menos 1 milhão 841 mil euros, o que se traduziu numa variação negativa de 5,43%. Esta evidência, numa primeira análise, determina a assunção de critérios mais exigentes.

Comunicou igualmente que em 2013 foi possível realizar uma amortização da dívida, no montante de 1 milhão e 800 mil euros. Mesmo assim, só com juros próprios, os encargos foram mais elevados, sendo de registar um aumento na ordem de 300 mil euros.

Concluiu a sua intervenção sumária de apresentação do ponto relativo à Atividade Camarária com um conjunto de breves explicações relacionadas com pedidos de esclarecimento ou notas, apresentados na reunião anterior.

Aberto o período de debate sobre este ponto, a Senhora Deputada Isabel Rodrigues pediu a palavra para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre o concurso para aquisição de Serviços de Promoção de eventos, publicitado pelo aviso nº 8/2014, e no âmbito do qual se encontra a decorrer a respetiva adjudicação. Entre as dúvidas que o referido procedimento levanta, relevou a incompatibilidade entre a capacidade material de organizar e gerir a logística do corso carnavalesco de Ponta Delgada e os prazos definidos no caderno de encargos, bem como o facto de haver já uma entidade da Câmara Municipal a fazer o levantamento dos grupos de participantes junto das escolas. Outro aspeto para o qual quis chamar a atenção foi o facto de uma das condições exigidas no caderno de encargos para a gestão logística das Festas do Divino Espírito Santo ser a montagem e desmontagem de mesas para 10 mil lugares, deixando no ar a pergunta sobre quem reúne as condições para poder cumprir esses requisitos. De igual modo, no seu entender, a divulgação na Comunicação Social a incentivar a participação dos empresários é contraditória, dada a concentração da gestão das festas de Verão no Coliseu Micaelense. Outra questão suscitada pela Senhora Deputada Isabel Rodrigues foram as omissões nos relatórios da Divisão de Desenvolvimento Social, tendo citado os exemplos do número de

atendimentos e o número de consulta aos jovens com discriminação de novas consultas e acompanhamentos. Referiu-se também ao Grupo para a Inclusão Social, para sugerir que fosse prestada informação sobre as atividades, resultados, planos, etc. a fim de se poder avaliar a sua intervenção. Criticou ainda a informação relativa ao Fundo Municipal de Solidariedade Social, por se limitar a assinalar a entrada de processos, não fazendo referência aos passos subsequentes e ao apoio ao pagamento das rendas, e devido ao número de apoios se manter inalterado. Relativamente ao Observatório Municipal para o trabalho, lembrou o compromisso de se iniciarem os trabalhos para a sua instalação, ainda não levado a cabo.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu em seguida a palavra à Senhora Deputada Vera Pires, que começou por agradecer os esclarecimentos, embora tais esclarecimentos não tenham sido suficientes para que não retomasse o assunto da Divisão de Desenvolvimento Social, à semelhança do que fez a Senhora Deputada Isabel Rodrigues, na medida em que a informação contida nos relatórios não é suficiente para a respetiva avaliação por parte dos membros da Assembleia. Citou em seguida alguns dos pontos que identificou como pouco claros, e para os quais são devidas explicações mais detalhadas: o mesmo número de atividades, em diferentes itens, em períodos sucessivos; a não referência e não discriminação do número de pedidos respondidos, deferidos, indeferidos, etc.; a discriminação das verbas aplicadas do Fundo Municipal de Solidariedade Social; os valores correspondentes ao apoio às Rendas não são apresentados nos relatórios. Apontou ainda uma reserva à taxa de RSU, que passa a estar agregada aos valores de consumo de água, o que a leva a perguntar em que é que os SMAS se basearam para estabelecer essa relação direta.

Interveio em seguida o Senhor Deputado Sérgio Ávila, para sugerir que se fizesse uma visita às obras do Campo de São Francisco. Perguntou ainda qual a data prevista para o términus da obra.

Na intervenção seguinte, o Senhor Deputado Hélder Borges agradeceu os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara sobre o Polidesportivo de São

Vicente Ferreira, e registou o facto de o Município e dar um forte impulso para a realização da obra. Ainda assim, solicitou informação mais detalhada, nomeadamente sobre a cobertura do salão. Lembrou igualmente que não havia sido inscrita qualquer verba no Plano de Investimentos, e dado que não ficou claro se existe ou não algum tipo de protocolo, pediu que fosse clarificado se o apoio se resume à infraestrutura que já existe, e qual será o envolvimento do Município. Relativamente ao relatório da Divisão de Apoio à Coesão Territorial e ao Desenvolvimento, criticou a repetição das informações nos relatórios, de um ano para o outro, citando o exemplo do Prorural, em que se verifica a mesma descrição, sem se perceber se se trata dos mesmos processos ou de processos diferentes. No que se refere ao relatório da Polícia Municipal, aponta o aumento significativo das contraordenações, sobretudo na vertente de trânsito.

A concluir esta série de intervenções, o Senhor Deputado Carlos Brum Melo pediu a palavra para solicitar um esclarecimento relativo ao Centro Municipal de Recolha de Animais, em virtude do número ocorrências de morte natural registadas, sobretudo em felinos, ser anormalmente elevado.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu em seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos às questões colocadas.

Relativamente às críticas dirigidas ao relatório da Divisão de Desenvolvimento Social, pelo seu caráter pouco preciso e demasiado genérico, o Senhor Presidente acolheu as críticas, assumiu que é sempre possível aperfeiçoar este tipo de relatórios e admitiu que, por endosso aos serviços responsáveis, se deva solicitar uma melhor descrição dos dados. De qualquer modo, alertou que há um instrumento sempre ao dispor para colmatar eventuais lacunas: através de requerimento nesse sentido, é sempre possível obter informação mais detalhada, e frisou que deve prevalecer o princípio da confiança, nesta matéria.

Quanto às questões colocadas sobre o Grupo de Inclusão Social e sobre o

Observatório Municipal do Trabalho, o Senhor Presidente da Câmara solicitou a colaboração da Senhora Vereadora Fátima Rego Ponte e do Senhor Vice-Presidente da Câmara, respetivamente. Antes porém, referindo-se ao assunto do Coliseu Micaelense no âmbito do procedimento em curso para a prestação de serviços culturais, lembrou que tem sido prática corrente a organização, por esta entidade, das festas que estão contempladas no caderno de encargos. Sendo um facto que a legislação em vigor sobre o Setor Empresarial Local não é propriamente favorável ao relacionamento institucional destas empesas com as entidades participantes, há que cumprir com o seu estipulado. E não é contrário ao estipulado legal defender o objetivo estratégico de defesa da sustentabilidade destas empresas, e entre elas o Coliseu. Na celebração do Contrato-programa com a empresa, está contemplado o limite de 50% do total do financiamento económico. A opção preferencial é ser possível contratar em *Outsourcing*, mas também é convicção da Câmara que o Coliseu tem condições para assegurar o serviço, e essa competência torna-se um garante de sustentabilidade. A título complementar, informou ainda que o Coliseu Micaelense foi a única empresa a apresentar-se a concurso. Retomando o assunto da Divisão de Desenvolvimento Social, e face às críticas reiteradas da Senhora Deputada Vera Pires sobre o relatório apresentado, o Senhor Presidente da Câmara comunicou que serão pedidas aos serviços as necessárias melhorias. Quanto à questão da faturação de água, informou que o modelo decorre de uma deliberação tomada em sede de reunião de Câmara e na própria Assembleia Municipal. O que poderá acrescentar-se são apenas explicações de caráter técnico bem como orientações comunitárias sobre a matéria.

Em resposta à interpelação do Senhor Deputado Sérgio Ávila sobre as Obras no Campo de São Francisco, informou que não há registo de atrasos, nem de caráter financeiro nem na execução da obra, pelo que se prevê que a empreitada esteja concluída antes da realização das Festas do Senhor Santo Cristo.

Às questões colocadas pelo Senhor Deputado Hélder Borges sobre a obra do Polidesportivo de São Vicente Ferreira, sublinhou que a obra é da responsabilidade da Casa do Povo, com eventual recurso a fundos comunitários, sendo a Câmara um

mero parceiro, com um papel logístico. A intervenção da autarquia limitou-se às instalações sanitárias e às salas de catequese.

Para responder ao pedido de esclarecimentos do Senhor Deputado Carlos Brum sobre as taxas elevadas de morbilidade de felinos, o Senhor Presidente da Câmara reconheceu não dispor de conhecimentos técnicos sobre a matéria, mas asseverou tem toda a confiança nesses relatórios. Ademais, uma parte significativa destas mortes acontece com fêmeas grávidas, às quais se acorre em estado de risco avançado.

Tomou em seguida a palavra a Senhora Vereadora Fátima Rego Ponte, para prestar as explicações solicitadas sobre o Grupo de Inclusão Social. Este grupo, adiantou, foi instalado em dezembro, com a finalidade de fazer o acompanhamento dos sem-abrigo na cidade de Ponta Delgada. Neste momento, incorpora na sua composição uma equipa técnica, e perspetiva-se a participação de um grupo de elementos em regime de voluntariado, cuja formação estará a cargo dessa mesma equipa. Há um espaço de acolhimento da Rua dos Manaias, com valências de centro ocupacional, cujo processo de instalação está a ser ultimado. Prevê-se igualmente a criação de um espaço para consultas de psicologia e psiquiatria. Assegurou, no entanto, que o objetivo não é substituir as responsabilidades das entidades governamentais que tutelam esta área. Disponibilizou-se ainda para prestar informações adicionais, sempre que seja necessário.

Tomou a palavra, por sua vez, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos solicitados sobre o Observatório do Trabalho. Começou por adiantar que estão em curso diligências, numa base teórica que permita identificar o melhor modelo, a partir de estudos comparados com modelos já implementados em municípios com características similares a Ponta Delgada. Paralelamente, há uma preocupação, ao nível prático, para a reunião de consensos alargados, sendo o papel da concertação social crucial para a obtenção dos resultados procurados num contexto de convergência institucional. Também ao nível interno se verificam pontos de abordagem, tendo em vista, entre outros, o debate sobre a nova regulamentação

dos horários de trabalho, a auscultação da comissão de trabalhadores sobre matérias como a Higiene e Segurança no Trabalho, tendo sido os resultados entretanto alcançados objeto de revisões sistemáticas. Concluiu com a expressão da convicção de que os resultados configuram uma conquista e permitirão, a seu tempo, uma implementação efetiva, de bases sólidas e fundamentadas, e com base numa política de confiança.

Para prestar esclarecimentos sobre os tarifários da água, tomou a palavra a Senhora Vereadora com competências delegadas na matéria, Maria Luísa Magalhães. Informou, em primeiro lugar, que segundo as recomendações da ESAR, para o tarifário de resíduos garantir sustentabilidade deveria ser indexado ao consumo de água e eletricidade. Como não é exequível a alternativa de pesagem dos resíduos para diferenciar as tarifas, teve que se adotar um quadro por escalões, estabelecido em função do número de pessoas do agregado. Salientou ainda assim que está garantida a existência de uma tarifa social, com um tarifário residual fixo, por zonas.

Após pedir a palavra, a Senhora Deputada Isabel Rodrigues começou por requerer que fosse feita a transcrição integral, em Ata, dos esclarecimentos devidos ao Coliseu Micaelense.

A referida transcrição, em conformidade com o que aqui é requerido, acompanha a presente Ata como anexo, dela fazendo parte integrante.

Referiu-se em seguida ao assunto da informação da Divisão de Desenvolvimento Social, para defender que não faz sentido que se critique o questionamento reiterado das deficiências de informação identificadas. Saudou a intervenção da Senhora Vereadora Fátima Rego Ponte, e levantou a questão sobre se este grupo, sendo complementar, não pressupõe igualmente uma responsabilidade da autarquia.

A finalizar as intervenções sobre o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Vera Pires agradeceu os esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Maria Luísa Magalhães.

PONTO 2 – RELATÓRIO DO MAPA DO RUÍDO DO CONCELHO DE PONTA DELGADA

Foi presente o Ofício nº 2422/2014, da Câmara Municipal, datado de 31 de janeiro de 2014, enviando, em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara em reunião de 20 de novembro do ano findo, para efeitos de aprovação, o Relatório do Mapa do Ruído do Concelho Ponta de Delgada.

Tendo pedido a palavra, o Senhor Deputado Carlos Brum Melo, questionou o executivo camarário sobre a estratégia que a Câmara Municipal pretende adotar, e que soluções se prefiguram para os problemas de ruído identificados.

Interveio em seguida o Senhor Deputado Sérgio Ávila para transmitir a nota de que ao nível nacional, Ponta Delgada é o 8º município a cumprir a legislação em matéria de elaboração de um mapa de ruído. Realçou ainda a ação proactiva da Câmara Municipal de Ponta Delgada, lembrando que neste momento apenas o Município de Lisboa está a implementar medidas efetivas para a redução dos ruídos urbanos.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por fazer eco da intervenção do Senhor Deputado Sérgio Ávila, relevando o facto de Ponta Delgada se afirmar assim, como elite, nesta matéria, no conjunto dos municípios nacionais. Quanto à estratégia seguida, adiantou que a mesma só pode consistir em repensar o tráfego em determinadas zonas, perspetivando em função dessa avaliação uma diferente regulação do trânsito.

A Assembleia tomou conhecimento.

PONTO 3 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Foi presente o Ofício nº 2867/2014, da Câmara Municipal, datado de 6 de fevereiro de 2014, enviando, em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara em reunião de 5 de fevereiro do corrente ano, para efeitos de aprovação, a proposta de Regulamento do Orçamento Participativo.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para realçar o facto de este ser o primeiro orçamento participativo da Região Autónoma dos Açores, justificando esta ênfase com um conjunto de virtudes que o definem: o seu cariz vinculativo, decorrente da opção pela vertente deliberativa, a dimensão de democracia participativa e de cidadania ativa que incorpora, a transparência do serviço público, a aproximação da política aos cidadãos e dos cidadãos às decisões políticas, a política de proximidade e a educação cívica. Enalteceu ainda o espírito de consenso e de cooperação patente no processo da sua elaboração, bem como o caráter aglutinador do Presidente da Mesa da Assembleia. No mesmo sentido, interveio o Senhor Deputado Carlos Brum Melo, enaltecendo o percurso da elaboração deste orçamento participativo, e destacando ainda a importância de um documento como este, e das suas consequências práticas. A Senhora Deputada Vera Pires usou da palavra para lembrar que nos últimos oito anos o Bloco de Esquerda apresentou nesta Assembleia o Orçamento Participativo como uma necessidade, daí sentir-se no dever de partilhar com a Assembleia o sentimento de que também o Bloco de Esquerda está de parabéns.

A concluir o debate sobre este ponto, o Senhor Presidente da Câmara enalteceu igualmente todo o procedimento, sobretudo pelo resultado em que se traduz. Fez referência à importância de se ter privilegiado o conteúdo, numa tónica de colaboração. Aproveitou ainda para saudar o Município de Ponta Delgada, por estar na primeira linha, na vanguarda do poder participativo.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento do Orçamento Participativo.

PONTO 4 – CEDÊNCIA DE TERRENO AO EXTERNATO "A PASSARADA"

Foi presente o Ofício nº 3104/2014, da Câmara Municipal, datado de 10 de fevereiro de 2014, enviando, em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara em reunião de 5 de fevereiro do corrente ano, para efeitos de aprovação, o processo referenciado em epígrafe.

Não havendo quaisquer pedidos de intervenção, o assunto foi colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a cedência de terreno ao externato "a Passarada", nos termos propostos.

PONTO 5 – DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE PONTA DELGADA

Foi presente o Ofício nº 732DP/2013, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ponta Delgada, datado de 2 de novembro de 2013, a solicitar a designação de quatro cidadãos para integrarem aquela comissão.

Verificando-se a existência de uma única lista a votação, formada pelos Senhores Deputados Fátima Fernanda da Silva Borges Pimentel Moreira, Maria de Fátima Medeiros Silva, Ana Teresa Almeida Bettencourt e Nina Alexandre Dias Ferreira, foi efetuado o sufrágio por voto secreto, tendo a mesma sido eleita, por maioria, com 47 votos a favor, 1 voto contra, 2 abstenções e 1 voto em branco.

PONTO 6 – MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A EMPRESA COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, EM, SA, E RESPETIVO PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Foi presente o Ofício nº 2929/2014, da Câmara Municipal, datado de 6 de fevereiro de 2014, enviando, para cumprimento da deliberação tomada pela Câmara em reunião de 5 de fevereiro do corrente ano, para efeitos de aprovação, em

conformidade com o nº 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o processo referenciado em epígrafe.

O Senhor Deputado André Carvalho pediu a palavra para questionar se não faria sentido fazer a apresentação do relatório de execução do anterior contrato-programa.

O Senhor Presidente da Câmara, a título de esclarecimento, informou que este é um contrato-tipo, ou seja, corresponde ao cumprimento da Lei. Logo, a sua execução é sempre feita na íntegra. É uma execução plena, e é expectável que assim seja.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o assunto foi colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato-programa a celebrar com a empresa Coliseu Micaelense, nos termos propostos.

PONTO 7 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE ACORDOS DE EXECUÇÃO, NO ÂMBITO DA LEI Nº 75/2013, DE12 DE SETEMBRO

Foi presente o ofício 036/2014/DCDT, da Câmara Municipal, datado de 7 de fevereiro de 2014, sobre o assunto designado em epígrafe, em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara em reunião de 5 de fevereiro do corrente ano, para efeitos de aprovação das minutas de protocolos de delegação de competências a celebrar entra a Câmara Municipal de Ponta Delgada e as 24 freguesias do concelho.

Precedeu a discussão e votação deste ponto uma breve explanação, por parte do Senhor Presidente da Câmara, sobre o assunto.

Começou por afirmar que se trata aqui do cumprimento de um compromisso político e orçamental. Ao assegurar as juntas de freguesia como parceiros, através do reforço de verbas, estamos a garantir também o reforço dos meios que permitem uma distribuição transparente e equitativa dos recursos. Acrescentou que esta via

decorre de uma imposição legal, pelo facto de a legislação não permitir as transferências por meros protocolos. Em seguida, deu a palavra ao Senhor Vereador Pedro Furtado, para apresentar uma breve resenha sobre este processo. Ato contínuo, o Senhor Vereador Pedro Filipe Rodrigues Furtado esclareceu a forma como é feita a repartição da verba de 1, 5 milhões de euros pelas 24 freguesias, e fez referência às iniciativas levadas a cabo previamente, junto de cada freguesia, como preparação deste processo, e que permitiram desencadear atempadamente os procedimentos a que a Lei obriga, para as Juntas de Freguesia beneficiarem deste financiamento, como é o caso das deliberações em Assembleia de Freguesia. De todo este processo registou a cordialidade que se veio sobrepor à apreensão inicial.

Pediu para intervir sobre este assunto o Senhor Deputado Noé Rodrigues. Em primeiro lugar, assinalou a instabilidade resultante da alteração do quadro legislativo. Colocou em seguida algumas questões, que no seu entender careciam de ser esclarecidas: dada a previsão da mobilidade administrativa, se esta seria facultativa ou obrigatória; as vistorias e os trabalhos de avaliação técnica – se as juntas têm que assumir os encargos ou é a Câmara que assegura esses serviços; quais os prazos previstos, nomeadamente quanto às obras pequenas; se existe algum critério estabelecido para as transferências destinadas ao cumprimento das novas competências atribuídas.

Interveio em seguida o Senhor Deputado Sérgio Ávila, para sinalizar que o montante a transferir para as freguesias triplicou, o que justifica a pergunta sobre se se perspetiva a manutenção ou o aumento destas verbas no futuro.

Dispôs-se em seguida o Senhor Presidente da Câmara a prestar os esclarecimentos às questões colocadas, não sem antes agradecer os esclarecimentos do Senhor Vereador Pedro Furtado e as suas diligências no mencionado relacionamento individualizado com as Juntas de Freguesia. Sobre a lógica seguida nos critérios de distribuição das verbas, o Senhor Presidente da Câmara informou que houve uma preocupação em garantir equidade, partindo de um *plafond* global, e que a Câmara manterá uma cooperação técnico-financeira com as freguesias, com base em contratos de execução, cooperação essa ainda não contemplada no estipulado legal.

Sublinhou ainda que o caráter duodecimal regula e fomenta a sustentabilidade das transferências, estando assegurado, insistiu, o contributo técnico do Município. Em relação à perspetiva de manutenção das verbas, afirmou que a aposta de reforçar as verbas para as autarquias é para manter, dentro dos limites das capacidades orçamentais, podendo inclusive ser aumentado, se as condições o permitirem. Quanto à questão da mobilidade de recursos humanos, remeteu para a Lei 12-A/2008, que limita os mecanismos de contratação a duas figuras: a mobilidade interna e a cedência de interesse público. Sobre a remuneração, informou que a responsabilidade cabe à entidade de destino, sendo essa faculdade, no entanto, facultativa.

Pediu ainda para intervir o Senhor Deputado Francisco Guedes, para salientar considera o critério seguido adequado, mas já quanto ao critério do Fundo de Equilíbrio Financeiro utilizado pelos governos, colocou algumas reservas.

A concluir o debate sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara frisou que deste modo se está igualmente a assegurar o princípio da coesão territorial, beneficiando as zonas rurais em detrimento das freguesias urbanas, através de uma majoração, que se traduz num efeito corretivo. Isto porque as freguesias rurais requerem maior investimento, a que a administração Central, Regional e os municípios habitualmente não correspondem.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o assunto foi colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar o processo referenciado em epígrafe, nos termos propostos.

PONTO 8 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS IPSS

Foi presente o ofício 3004/20134, da Câmara Municipal, datado de 7 de fevereiro de 2014, sobre o assunto designado em epígrafe, em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara em reunião de 5 de fevereiro do corrente ano, para efeitos de aprovação pela Assembleia Municipal.

Não havendo quaisquer pedidos de intervenção, o assunto foi colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de regulamento referenciada em epígrafe.

PONTO 9 – CONCESSÃO DA GESTÃO, EXPLORAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL E DA RUA DA ARQUINHA.

Foi presente o ofício 3199/20134, da Câmara Municipal, datado de 11 de fevereiro de 2014, sobre o assunto designado em epígrafe, em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara em reunião de 11 de fevereiro do corrente ano, para efeitos de aprovação pela Assembleia Municipal.

Não havendo quaisquer pedidos de intervenção, o assunto foi colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS e Santa Clara Vida Nova, e o voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar a proposta de regulamento referenciada em epígrafe.

Apresentou Declaração de Voto o Bloco de Esquerda, através da Senhora Deputada vera Pires, nos seguintes termos: no seguimento do voto contra a concessão dos restantes espaços de estacionamento à empresa municipal Cidade em Acção, o Bloco de Esquerda considera que continua a não ser fundamentada a vantagem para os munícipes em transferir a concessão do estacionamento da Câmara para uma empresa municipal. Esta concessão, acrescentou, é uma forma encontrada para garantir sustentabilidade da empresa, e mais sentido faria que a empresa deixasse de existir. Daí ter sido já apresentada uma recomendação de um estudo da viabilidade das empresas municipais, e não, como foi feito, de apenas algumas dessas empresas. Não são pontos concretos que movem o Bloco de Esquerda contra: é o princípio do serviço ao utente e a necessidade, ou não, da existência dessa empresa.

PONTO 10 – REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR REGIONAL

Foi presente o ofício 3196/2014, da Câmara Municipal, datado de 11 de fevereiro de 2014, sobre o assunto designado em epígrafe, na sequência da deliberação camarária de 11 de fevereiro de 2014, para efeitos de aprovação pela Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para fazer uma breve introdução a este ponto, e prestar alguns esclarecimentos.

Começou por informar que esta é uma medida da ALRAA que se insere na execução da Lei Regional, dadas as circunstâncias fiscais peculiares, decorrentes da insularidade. No quadro do relacionamento entre o estado e a UE, as ultraperiferias foram reconhecidas, determinando-se uma discriminação positiva dos cidadãos aí residentes. O diferencial fiscal existente entre os Açores e o Continente, inicialmente no IVA, e progressivamente no IRS, veio assegurar uma forma de fazer frente ao sobrecusto da insularidade. Os que não beneficiarem diretamente desse efeito fiscal beneficiam da remuneração complementar, tal como o complemento de pensões e reformas e o acréscimo de 5% ao salário mínimo nacional. Este é o quadro atualmente existente. Esta opção está criada, com uma reconfiguração que foi declarada constitucional. O próprio decreto-legislativo prevê a sua extensão à administração local. Não há aqui nenhuma discriminação de privilégio. Impunha-se apenas uma nova deliberação por força do disposto no Decreto Legislativo Regional.

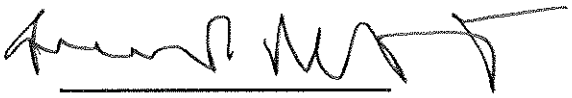
O Senhor Presidente da Câmara comunicou ainda que esta é uma medida extensível ao universo de trabalhadores do Município: Câmara Municipal, SMAS, e Setor Empresarial Local.

Pediu para intervir a Senhora Deputada Isabel Rodrigues, tendo saudado o Senhor Presidente da Câmara por esta proposta, dada a importância de que se reveste para as famílias açorianas e para a própria economia. Registou ainda, a finalizar, que os açorianos sofrem o impacto das alterações à Lei das Finanças Regionais promovidas pelo Governo da República.

Colocado o assunto à votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade aprovar a proposta de extensão à Administração local da legislação regional sobre o assunto referenciado em epígrafe.

Não havendo mais qualquer assunto a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, pelas dezanove horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada por maioria, com os votos a favor do Partido Social Democrata, Partido Socialista e Movimento Santa Clara Vida Nova, e a abstenção do Bloco de Esquerda, e que foi assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por quem a lavrou, nos termos da Lei.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



(Francisco Rêgo Costa)

O relator,



(Luís Manuel Pereira Ascenso)

ANEXOS

- Votos de louvor e congratulação, votos de pesar e recomendações (por ordem de inscrição e votação).
- Transcrição integral dos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara relativos ao Concurso Público para a Aquisição de Serviços de Promoção de Eventos.

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

aprovado na
Assembleia
19.2.2016

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada

O Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada conta com mais de 20 anos de existência. Surgiu na sequência da atividade desenvolvida pelo "Ginásio Corpore", tendo sido constituído como clube desportivo há cerca de cinco anos, com forte aposta na ginástica aeróbica.

Tem tido um papel fundamental na criação, junto dos mais jovens, de uma cultura desportiva, sendo um dos seus grandes desafios a formação de jovens atletas. É inegável o seu valioso contributo no incentivo à prática da ginástica, nas suas várias vertentes.

O Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada tem participado em várias provas de cariz nacional e internacional, angariando medalhas em vários escalões. A excelência dos seus atletas, sob a tutela da sua treinadora Alexandra Barroso, tem prestigiado a Região Autónoma dos Açores em todas as provas em que o Clube tem participado.

Mais uma vez, no início deste mês de fevereiro, o Clube de Atividades Gímnicas dignificou os Açores. Participando no "Torneio Nacional José António Marques", importante prova da Federação de Ginástica de Portugal, onde estiveram presentes mais de 100 ginastas de todo o país, o clube açoriano arrecadou seis medalhas de ouro e duas de prata.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Ponta

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Delgada aprove um voto de congratulação, pelo percurso de formação de atletas e conquista dos excelentes resultados obtidos ao longo dos últimos anos, ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada.

Deste voto deve ser dado conhecimento à direção do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada e à Federação de Ginástica de Portugal.

Ponta Delgada, 19 de Fevereiro de 2014

O Grupo Municipal do P.S.D. na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Ajuda p unanimidade
19-2-2014

AÇORES PSD
www.psdacores.pt

Voto de Congratulação - 300 Anos Igreja Paroquial de S. José

A Igreja Paroquial de São José, situada no coração da cidade de Ponta Delgada, paredes meias com o Convento da Esperança e o Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres, assinala este ano os 300 anos da sua edificação e consagração como lugar de culto.

Classificada como Imóvel de Interesse Público desde de 1953, da sua arquitectura, destaca-se "uma fachada altiva com um generoso espaço interior dividido em três naves, projetando os arcos de volta perfeita sobre pilares de seção quadrangular a uma altura considerável o que contribui para a vaga sensação de igreja salão que contraria as proporções atarracadas dos templos açorianos", como refere Isabel Soares Albergaria no texto do Catálogo "Igreja Paroquial de São José, património móvel e imóvel". A mesma indica como relevantes "os altares decorados em talha dourada e os painéis de azulejos datados do século XVIII (azuis e brancos)".

A mesma autora salienta ainda as "estátuas dos séculos XVII e XVIII, de influência hispano-mexicana" e o "mobiliário barroco". Por fim, é evidenciado neste texto "a Capela de Nossa Senhora das Dores, cujas janelas são consideradas um dos mais representativos exemplos do estilo barroco de São Miguel". Acrescente-se ainda uma particularidade arquitectónica na sua construção: é a única Igreja virada para nascente, cujo altar, dedicado a Nossa Sra. da Conceição, se orienta também para esta direção.

Contudo o valor imaterial desta Igreja Paroquial é, sobremaneira, maior do que a relevância do imóvel. As motivações humanistas desta paróquia têm sido evidentes ao longo destes três séculos, orientando a sua ação para o acompanhamento social e espiritual das pessoas, bem como apoiando a dinamização cultural. Dever-se-á evidenciar também a prioridade dada pelos diferentes párocos que passaram por esta Igreja ao auxílio aos mais carenciados, cuja ação social foi sempre reconhecida como de elevada importância, procurando ir ao encontro dos problemas concretos dos paroquianos.

Assim e não obstante o facto de Portugal ser um estado laico, é de elementar justiça que se reconheça o papel espiritual, social e cultural que esta Igreja tem vindo a desempenhar em Ponta Delgada e em S. Miguel.

Deste modo, e de acordo com os trâmites regimentais desta Assembleia, o Grupo Parlamentar do PSD da Assembleia Municipal de Ponta Delgada vem, por este meio, propor o seguinte Voto de Congratulação à Igreja Paroquial de S. José deste Concelho:

A Assembleia Municipal de Ponta Delgada saúda e faz o público panegírico da ação meritória da Igreja Paroquial de S. José, bem como a celebração dos 300 anos da edificação do atual edifício, associando-se assim à sua comemoração e saudando a sua comunidade.

Deste Voto, deve ser dado conhecimento formal à Paróquia de São José e à Diocese de Angra.

Ponta Delgada, 19 de fevereiro de 2014

P'lo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

AÇORES PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Aprovada por unanimidade com abstenção do PS, BE e Presid. Junta Regional Sta. Ilha

MOÇÃO

19.2.2014

CENTRO INTERPRETATIVO DA CULTURA DO ANANÁS

A Freguesia da Fajã de Baixo, nunca discutiu nem foi ouvida sobre a instalação do Centro Interpretativo da cultura do Ananás.

Contudo esta reconhece que é através de iniciativas interpretativas e museológicas que se promove o engrandecimento da memória e que se vincula os contributos para a salvaguarda dum património, que no caso da cultura do ananás, está a desaparecer a olhos vistos.

Apesar de inúmeras e oportunas vezes tenha a sua Junta de Freguesia defendido que este Centro Interpretativo se deveria situar numa das plantações de ananases ainda existentes, favorecendo assim a integração socio - económica local, o mesmo não acolheu das entidades decisoras os devidos apreços.

Imagine-se como seria o caso do chá na costa norte desta Ilha, ou mesmo no caso do Centro Interpretativo da Lagoa das Furnas, que, por mera decisão politica os mesmos se viessem a localizar no centro das respetivas freguesias?

No já longínquo mês de Setembro de 2009, em vésperas de período eleitoral, é o próprio Secretário Regional do Ambiente e do Mar que preside, na Fajã de Baixo, a uma sessão publica de apresentação do estudo prévio do projeto do intitulado *"CENTRO INTERPTETATIVO DA CULTURA DO ANANÁS"*, fazendo na altura a apologia da sua imprescindível existência e funcionamento aludindo à sua função de natureza educativa e, assim S. Miguel passaria a possuir mais uma atração turística, como se ela nunca tivesse existido ...

É por decisão do Governo Regional dos Açores, através de protocolo celebrado com a Caso do Povo da Freguesia, detentora do imóvel, que no mês de Junho de 2012, se inicia os preparativos para a obra que veria a ter inicio

passados dois meses, que por pura coincidência também vésperas de outro período eleitoral.

Trata-se da recuperação de um edifício, orçada em mais de 450 mil euros e que apesar de se localizar no centro da Freguesia, o mesmo não possui qualquer valor histórico, porquanto apenas o edifício inicial, e que se desenvolvia num só piso, havia sido mandado construir por iniciativa do 4º Barão de Fonte Bela, Jacinto Inácio da Silveira e arquitetado pelo grandioso Raul Lino, para escola de ensino primário daquela freguesia, pudesse ser relevante por esta particularidade histórica.

- Considerando que as obras se protelam indefinidamente, já tendo sido inclusive largamente ultrapassado o prazo previsto para a sua execução (300 dias), e mantendo-se a estrutura ainda sem cobertura;
- Considerando que se mantem ali instalada uma grua de grandes dimensões que ocupa integralmente o passeio de peões e parte da faixa de rodagem, causando inúmeros congestionamentos de trânsito no local;
- Considerando que a edificação em questão raramente possui um ritmo contínuo de obra, ficando a mesma em regime de abandono durante muitos dias consecutivos;
- Considerando o enorme impacto visual e ambiental negativo que este causa, principalmente tratando-se de uma obra a decorrer no circulo de salvaguarda de dois patrimónios classificados pela Direção Regional da Cultura;

Vem o Grupo Municipal do PSD, e sob os termos regimentais aplicáveis, submeter à aprovação da Assembleia Municipal esta MOÇÃO, encarregando a Mesa da Assembleia Municipal de questionar o Governo Regional, responsável pelo projeto, para quando a conclusão dos respectivos trabalhos, bem como sobre os montantes já envolvidos neste, e o custo total deste investimento.

Assembleia Municipal de Ponta Delgada, 19 de Fevereiro de 2014

O Deputado Municipal

Paulo Vasco Medeiros

Aprovado por unanimidade
19.2.2014

PARTIDO SOCIALISTA - AÇORES

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Voto de Pesar

Ilda Fonseca, fundadora do fundamental *Lar do Soldado Açoriano*, nasceu a 2 de Fevereiro de 1922, em São Pedro desta cidade.

Começou por colaborar com a instituição "Assistência ao Soldado Açoriano" em Lisboa, que recolhia apoios para os soldados no Ultramar, e depois fundou a sua própria instituição, extinta em 1975, e que se calcula terá apoiado mais de 2 mil recrutas provenientes das ilhas dando comida, guarida contra as intempéries, contra a perseguição da PIDE e os maus caminhos. Apesar de ter enfrentado muito mal-estar por causa da não-aceitação da vizinhança, nada deteve Ilda e o marido a proporcionar este segundo lar aos soldados açorianos.

Ilda Fonseca foi uma mulher destemida, determinada e compassiva, com um espírito de missão incomparável, tendo sido homenageada com a Medalha D. Afonso Henriques, terceira classe, pelas mãos da Zona Militar dos Açores. Nada pediu em troca ao longo de tantos anos a apoiar tantos filhos açorianos; depois de enviuvar, Ilda Fonseca regressou a São Miguel onde, com poucos meios financeiros e sem casa própria, acabou por falecer a 4 de Janeiro de 2014 num Lar de terceira idade.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de pesar pelo falecimento de Ilda Fonseca, dando deste voto conhecimento à família como forma de apreço e reconhecimento pelo seu trabalho e dedicação.

(este voto foi escrito segundo a ortografia antiga)

Ponta Delgada, 19 de Fevereiro de 2014

P 'los Deputados Municipais

Graciadas Mendes Pacheco

Ricardo Manuel Vieiras Cabral

AÇORES PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Voto de Congratulação pela eleição do Magnífico Reitor da Universidade dos Açores

Durante dois meses, a comunidade académica assistiu à preparação dos processos de candidatura, bem como à posterior apresentação e defesa de ideias e de propostas por parte dos três candidatos à Reitoria da Universidade dos Açores.

A apresentação destas propostas e a resposta às questões colocadas pelos membros do Conselho Geral da Universidade durante as sessões públicas de audição dos candidatos a Reitor, as quais decorreram nos passados dias 11 e 12 de Fevereiro, foram bem esclarecedoras das diferentes capacidades dos três candidatos, tendo sido as respectivas "performances" argumentativas, clareza de raciocínio e sistematização das propostas, certamente decisivas para o processo de votação.

A eleição, que decorreu no dia 13 de Fevereiro, foi favorável ao Doutor João Luís Gaspar, que assim foi eleito para desempenhar durante os próximos quatro anos, o cargo de Reitor da Universidade dos Açores.

Licenciado em Geologia pela Faculdade de Ciências de Lisboa em 1985, o novel Reitor ingressou na Universidade dos Açores como Assistente Estagiário em Março de 1986. Aqui realizou provas públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em 1989, tendo obtido em 1996 o grau de Doutor em Geologia (o primeiro em Portugal, na especialidade de Vulcanologia!). Já nessa altura, a sua dissertação de doutoramento contemplava a avaliação dos riscos geológicos, uma área que

mais tarde desenvolveu em pleno e que é crucial para uma adequada gestão das crises relacionadas com os fenómenos sismo-vulcânicos existentes no Arquipélago dos Açores. Desde 2001, é Professor Auxiliar com nomeação definitiva da Universidade dos Açores, tendo obtido a Agregação em Geologia, em 2004. É Professor Associado na nossa Universidade, desde 2012.

O seu percurso profissional dotou-o de competências específicas na sua área científica, bem como em importantes áreas ancilares, tais como gestão e planeamento, infraestruturas de servidores, redes informáticas e sistemas de informação geográfica, direito em matérias relacionadas com o desenvolvimento de programas e projectos de investigação, recursos humanos e infraestruturas, as quais, mais tarde se revelaram decisivas no sucesso que obteve aquando da sua passagem por cargos directivos, quer na Universidade (onde foi Director do Departamento de Geociências, bem como do Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos), quer no Governo Regional (onde foi Director Regional da Ciência e Tecnologia, e Director Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos). Permito-me aqui salientar o seu desempenho como Director Regional da Ciência e Tecnologia, uma Direcção Regional infelizmente desaparecida do mapa do Governo Regional dos Açores e que tanta falta faz a quem nestas ilhas desenvolve investigação em Ciência!

A sua visão estratégica, aliada às suas reconhecidas capacidades de trabalho e de motivação dos que com ele colaboram, permitem-me vislumbrar um futuro risonho para a Universidade dos Açores, não obstante todas as dificuldades inerentes à gestão de um empreendimento com esta dimensão.

AÇORES PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Municipal do PSD propõe a aprovação, pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada, de um Voto de congratulação pela eleição do Magnífico Reitor, Professor Doutor João Luís Gaspar, desejando-lhe a maior das felicidades na condução da Academia Açoriana durante o(s) próximo(s) mandato(s).

Deste voto deverá ser dado conhecimento à Reitoria da Universidade dos Açores.

Ponta Delgada 18 de Fevereiro de 2014

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de P. Delgada

Aprovado por unanimidade
19.2.2014

PARTIDO SOCIALISTA - AÇORES

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Voto de Pesar

A 3 de Janeiro do corrente ano, aos 63 anos, faleceu Manuel Medeiros Ferreira, músico e autor do emblemático tema "Ilhas de Bruma".

Apesar de ter vivido em Lisboa e Paris, nas últimas décadas Manuel Ferreira habitava em Ponta Delgada, mesmo frente ao pôr-do-sol.

Quando a música "Ilhas de Bruma" foi ouvida a primeira vez em público, durante uma Maré de Agosto há cerca de 30 anos, nunca deve o seu autor ter imaginado que chegaria tão longe na alma e lábios dos açorianos: quase mais conhecida do que o hino oficial, certamente mais universal na mensagem lírica e na suave cadência.

«Por isso é que eu sou das ilhas de bruma / Onde as gaivotas vão beijar a terra» é um sentimento que a todos une e cujos acordes têm sido cantados, tocados, recriados e interpretados tanta vez e com tantas vozes diferentes. Já foi tema principal em programas de televisão dos anos 80 e 90, é hoje separador institucional na RDP Açores e hino não-oficial da açorianidade vivida. Se ser açoriano é muito mais do que o acidente geográfico de se ter nascido nos Açores, é porque nas nossas veias corre basalto negro, Manuel Ferreira, e o mar imenso nos enche a alma.

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este voto de pesar pelo falecimento de Manuel Medeiros Ferreira, dando deste voto conhecimento à família como forma de apreço e reconhecimento pelo seu empenho e criatividade.

(este voto foi escrito segundo a ortografia antiga)

Ponta Delgada, 19 de Fevereiro de 2014

P 'los Deputados Municipais

MMP
Ricardo Manuel Vieira Cabral

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Voto de Louvor

A jovem Mariana Rocha, natural de Ponta Delgada, candidatou-se ao programa televisivo do canal SIC - "Factor X" - e conseguiu um honroso segundo lugar na classificação final.

Durante cinco meses, Mariana Rocha, dona de uma voz e de um sentido artístico único, conseguiu levar o nome dos Açores mais longe.

Mariana Rocha provou que, nestas ilhas, são imensos os valores que merecem, e devem ter, reconhecimento a nível nacional.

À sua chegada ao aeroporto de Ponta Delgada, a jovem artista micaelense foi recebida como a grande vencedora do "Factor X" por dezenas de pessoas, entre adultos e muitos jovens.

Mariana Rocha merece o nosso louvor pelo meritório trabalho que desempenhou, ao longo de cinco meses, no programa "Factor X", revelando-se numa verdadeira artista, como há poucas em Portugal.

Para todos nós, micaelenses em particular e açorianos em geral, Mariana Rocha foi mesmo a verdadeira vencedora do programa da SIC.

Considerando que Mariana Rocha é a nossa estrela;

Considerando que a jovem artista de Ponta Delgada conseguiu levar mais longe o nome dos Açores;

Considerando que até mesmo no continente português Mariana Rocha foi acarinhada e apoiada como uma grande artista;

AÇORES PSD

Voto de Pesar

Manuel Medeiros Ferreira

Se há autores que se imortalizam por detrás de uma única obra, **Manuel Medeiros Ferreira** é um deles.

Ficará para sempre lembrado como o criador das "Ilhas de Bruma".

Nasceu a 28 de Agosto de 1950, na freguesia micaelense dos Mosteiros, e faleceu a 3 de Janeiro de 2014, na cidade de Ponta Delgada, mas passou pela segunda metade da sua vida como o autor da letra e o compositor da música de um verdadeiro hino à identidade açoriana.

A canção que marcou a vida pessoal de Manuel Ferreira e que sintetiza a vida colectiva do Povo Açoriano estreou na primeira edição do festival de música "Maré de Agosto", em Santa Maria, mas ganhou notoriedade com o programa "Balada do Atlântico" do realizador José Medeiros, na RTP/Açores, e conquistou solenidade com o arranjo do maestro Emílio Porto no Grupo Coral das Lajes do Pico.

Composta "num dia de bruma" de 1983, a obra depressa se instalou no cancioneiro regional açoriano, entre a "Lira" e os "Olhos Negros", e é hoje parte integrante do repertório obrigatório de quase todos os coros dos Açores e da Diáspora.

E, mais ainda, é cantada – ou, pelo menos, reconhecida – por cada um de nós!

Oriundo de famílias humildes e bibliotecário de profissão, Manuel Medeiros Ferreira, quando recentemente homenageado na Casa dos Açores da Nova Inglaterra, disse que a melhor homenagem que lhe podiam prestar era continuar a cantar a sua música.

Com essa homenagem bem pode contar, porque somos todos das Ilhas de Bruma, "onde as gaivotas vão beijar a terra"...

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada um **Voto de pesar pelo falecimento do compositor Manuel Medeiros Ferreira**, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Ponta Delgada, Paços do Concelho, 19 de Fevereiro de 2014

O Deputado Municipal

Francisco Guedes

Aprovado por maioria unanime
19.2.2014

PARTIDO SOCIALISTA - AÇORES

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
25º aniversário do Grupo Violas da Terra

A viola da terra foi, possivelmente, o único instrumento de lazer que os primeiros povoadores trouxeram consigo para as ilhas e que segundo Gaspar Frutuoso, nas Saudades da Terra, não era um instrumento acessível a todos, pois tratava-se de um objecto de elevado preço. Os seus tocadores eram dignos de nomeada e apontados ao dedo. A viola da terra desempenhou durante séculos um papel primordial nas festas e encontros sociais, ocupando um lugar privilegiado na poesia popular:

"Viola, minha viola,/Viola minha alegria,/Eu não te posso largar,/Pois és minha companhia".

Este instrumento deu nome a uma instituição de aprendizagem na Relva, a Escola de Violas da Terra, que teve na sua génese a necessidade de tocadores para o Grupo Folclórico de Cantares e Balhados da Relva, sendo então solicitada a José de Oliveira a criação da mesma.

José de Oliveira, relvense, ficará para sempre associado à dinamização da escola e ao ensino da viola da terra.

O primeiro ensaio do grupo realizou-se a 29 de Janeiro de 1989, na Casa de Povo de Relva, com apenas seis pessoas que, no ano, seguinte fizeram a sua primeira actuação pública, na Ribeira Chã, pela ocasião do lançamento do livro "A viola dos dois corações", do escritor micaelense Manuel Ferreira.

A 20 de abril de 1992 tornou-se uma associação autónoma, celebrando a respectiva escritura. Conta actualmente com treze elementos, de várias idades, essencialmente adolescentes, que aprendem duas vezes por semana a arte de tocar a viola da terra.

O Grupo Violas da Terra lançou um CD, com 16 faixas instrumentais, em que se ouvem temas tradicionais tocados na freguesia da Relva e música tradicional da ilha de S. Miguel, um trabalho de recolha musical a cargo de José de Oliveira.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, aprove este voto de congratulação pelo vigésimo quinto aniversário do Grupo Violas da Terra. Deste voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais da associação.

Ponta Delgada, 19 de fevereiro de 2014

OS Deputados Municipais

Aprovado por unanimidade
15.2.2014

PARTIDO SOCIALISTA · AÇORES

Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Voto de Louvor

A 15 de Fevereiro de 1974 Gustavo Moura, Lourenço de Melo e José Ferreira de Melo criaram a Publiçor, uma empresa vocacionada para a comunicação e publicações. Em 1978 torna-se concessionária e editora das listas telefónicas oficiais, actividade mantida até 2000.

Tendo passado por muitas transformações — em 1990 foi adquirida na totalidade pelo sócio Ferreira de Melo e família, em 2008 tornou-se parte da Nova Gráfica, Lda. — a Publiçor sempre deu continuidade à sua vocação, expandindo a área editorial em 1980 com a publicação de guias turísticos dos Açores em 4 línguas (a tiragem actual é de 80 mil exemplares), de guias turísticos municipais, de o *Directório de Actividades Económicas dos Açores* em 1985, a Agenda Comercial em 1990 ou a conhecida publicação sobre o património histórico-cultural dos Açores a partir de 1994, que já abordou as principais cidades e vilas das ilhas. É em 1995 que a Publiçor lança o título mais conhecido, o jornal *Terra Nostra*, a «única publicação regional de informação intermunicipal que serve o arquipélago dos Açores e as comunidades açorianas radicadas nos Estados Unidos da América e Canadá», segundo as palavras dos editores. O jornal tem uma tiragem semanal de 3 mil exemplares, 32 páginas e um suplemento literário mensal. Em 97, é lançado o *Azores News*, o primeiro jornal electrónico das ilhas em formato *flash*. Em 98 é criado o *Roteiro Turístico de Ilha*.

Com a aquisição pela Nova Gráfica, a Publiçor realiza em pleno o seu papel editorial pela publicação de, até hoje, 148 títulos por cerca de 100 autores, tendo apresentado esses títulos a nível regional, nacional e internacional. Isso sem esquecer que, desde a fundação em 1974, todas as suas obras são exemplarmente editadas e impressas nos Açores.

Vários têm sido os prémios e distinções ao longo do percurso (como a Medalha de Mérito Municipal ou os Grandes Prémios do certame *Papies* em 2012), as iniciativas originais (a publicação de *O Barco e o Sonho* como o livro mais pequeno do mundo em português, por exemplo) ou culturais (as exposições "Livros em Formato Especial" na Biblioteca de Ponta Delgada em 2013 e a actual "Autores de Primeira Página" no Centro de Estudos Natália Correia).

Assim sendo, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo de deputados municipais do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Ponta Delgada que aprove este

aprovada
na reunião
19.2.2014

RECOMENDAÇÃO

SACOS REUTILIZÁVEIS NO MERCADO DA GRAÇA

Considerando que é cada vez mais necessária a promoção do consumo sustentável, apoiado na redução, reutilização e reciclagem dos recursos disponíveis;

Considerando a necessidade de apoiar a produção e o comércio locais e tradicionais, nomeadamente através do Mercado da Graça, dinamizando-o como montra de divulgação dos produtos regionais e da promoção dessa produção local e do consumo responsável;

Considerando a posição expressa pela CMPD, no seu Portal, de que "os pequenos gestos, das pequenas comunidades, são determinantes no todo global", que aconselha ainda os munícipes a evitar "utilizar os sacos plásticos fornecidos pelos estabelecimentos comerciais" pois "um saco de plástico demora 1 segundo a produzir e 500 anos a decompor-se";

Considerando finalmente que foi aprovada, nesta Assembleia Municipal, uma proposta neste sentido apresentada pelo BE e aprovada em 27 de Setembro de 2010;

O BE propõe à Assembleia Municipal hoje reunida que recomende de novo à CMPD a aquisição, para disponibilização aos utentes do Mercado da Graça, de sacos de compras reutilizáveis, fabricados em materiais reciclados/recicláveis. Estes sacos funcionarão como divulgadores do Mercado e do Concelho, apelando ao mesmo tempo para a redução do uso de sacos plásticos e para a reutilização de materiais, na perspectiva da defesa do ambiente e do consumo sustentável.
Esta acção deverá ser acompanhada de uma campanha de sensibilização dos comerciantes do Mercado e dos munícipes em geral para a promoção do uso destes sacos, inserida numa acção mais global que concretize o enunciado teórico deste Executivo.

Ponta Delgada, 19 de Fevereiro de 2014

A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda

Vera Pires

Bloco de Esquerda Açores

PROPOSTA

No portal de informação da CMPD pode ler-se, a propósito da Agenda 21 Local, que "A redução do consumo dos recursos naturais, a redução da produção de resíduos, orientada para a reutilização e reciclagem (...) devem ser regras estabelecidas pelo Município no sentido de nortear as atitudes individuais que se reflectem no bem-estar colectivo."

O BE considera que o Mercado Municipal pode e deve ser dinamizado, devendo constituir-se como um montra de divulgação dos produtos regionais e de promoção da produção local e do consumo responsável.

Neste sentido, e dando voz à proposta recebida de alguns munícipes, o Bloco de Esquerda propõe à CMPD que adquira, para disponibilização aos utentes do Mercado da Graça, sacos de compras reutilizáveis, fabricados em materiais reciclados/recicláveis. Estes sacos funcionarão como divulgadores do Mercado e do Concelho, apelando ao mesmo tempo para a redução do uso de sacos plásticos e para a reutilização de materiais, na perspectiva da defesa do ambiente e do consumo sustentável.

Esta acção deverá ser acompanhada de uma campanha de sensibilização dos comerciantes do Mercado e dos munícipes em geral para a promoção do uso destes sacos, inserida numa acção mais global que concretize o enunciado teórico deste Executivo.

Ponta Delgada, 27 de Setembro de 2010

A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda

Vera Pires

- **Documento Anexo II**

Transcrição integral dos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara relativos ao Concurso Público para a Aquisição de Serviços de Promoção de Eventos

Transcrição requerida pela Senhora Deputada Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

"Quanto à questão do Coliseu Micaelense, é meu dever esclarecer o seguinte: Eu gosto sempre... a boca não me foge para a verdade... eu ando sempre com a verdade, não é uma fuga, é um compromisso com a verdade. Nós temos praticado, com a vontade do Município e a relação até com o Coliseu, mas diretamente o Município, a organização das festividades que estão neste caderno de encargos. O nosso relacionamento com a empresa municipal Coliseu Micaelense é feito por duas vias, para garantir a sua sustentabilidade e financiamento no quadro da atual Lei do Setor Empresarial Local, que, como sabe, é exigente, e não sei se foi muito feliz, na relação e na sustentabilidade da economia do poder local com o setor empresarial local. Mas, a verdade é que, admito que sim, este Governo tomou, fruto dos compromissos negociados com a Troika pelo Governo de José Sócrates, esta responsabilidade. E a verdade é que não são leis muito felizes, devo dizer, enquanto autarca. Mas, perante a lei, é nosso dever cumprir a lei. Não está no nosso domínio, com a discordância da Lei, deixar de a cumprir. A discordância da lei é uma coisa, a exigência do seu cumprimento é outra, e portanto estamos a contar com isso. O nosso objetivo é estratégico, de assegurar sustentabilidade às empresas do nosso Setor Empresarial Local. Entre elas, a empresa Coliseu Micaelense. A relação com o Coliseu Micaelense enquanto empresa é feita por um contrato-programa, que é aprovado pela Câmara, e que vem a conhecimento e aprovação da Assembleia Municipal para garantir um financiamento, de responsabilidade social e municipal, público, que o Município quer daquela empresa, e que no entanto, nos termos da nova lei, não pode ir além dos 49%-50% do financiamento económico da empresa. Ela tem que ter atividade económica. Ora, a nossa opção é de, até pelas outras restrições decorrentes das Leis, quanto ao pagamento das horas extraordinárias, quanto ao serviço direto prestado pela Câmara Municipal, podermos contratar em Outsourcing. A verdade é que o Coliseu Micaelense tem condições de prestar este serviço e de garantir-nos rentabilidade na gestão dos recursos do Município, e com isso, também, garantir sustentabilidade ao Coliseu. Eu assumo esse desiderato estratégico, sendo que, não se pode, e bem – é um fato à medida, porque

outros podiam concorrer... é verdade, Senhora Deputada, têm menos condições para concorrer, é verdade, mas na verdade pode haver até subcontratação por parte do Coliseu para outro exercício de prestação do serviço que aqui se requer. E portanto, das duas uma: ou o Grupo Municipal do PS está contra a sustentabilidade do Coliseu, e afirma que se propõe a extinção da empresa e a sua internalização, ou nós acertamos uma estratégia para assegurar a sustentabilidade do Setor Empresarial Local do Município de Ponta Delgada, o que aliás, é um desiderato também da Região quanto ao Setor Empresarial Público Regional, sob a responsabilidade do Governo Regional. E portanto, é isto. Para informação detalhada, Senhora Deputada, (...) informá-la, que hoje mesmo ficámos a saber que apenas concorreu, afinal de contas e apesar de tudo, o Coliseu Micaelense a este concurso. Era possível qualquer outra entidade concorrer. E portanto, a informação detalhada, Senhora Deputada, é essa, e tem a transparência que tem a abertura de concurso público. Não se tratou de um ajuste direto."